





PÁGINA 2

Continuação

ceiros mensurados aos juros justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.10. Encargos setoriais:** a) *Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):* São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. b) *Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (ITSESE):* Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. c) *Ministério de Minas e Energia (MME):* Recebimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. **3.11. Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC):** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A Demonstração dos fluxos de caixa preparada pelo método indireto e está aprovada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros.

**4. Normas emitidas e interpretações**

**4.1. Novas normas e interpretações:** (a) Normas emitidas e vigentes: *Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência:* As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para alterações estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. A Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas. *Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:* As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a norma não se aplica à Companhia por não existirem contratos de arrendamento vigentes no ano de 2021. (b) *Normas emitidas, mas ainda não vigentes: Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:* Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio as termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegotiação. *Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de Políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 Making Materiality Judgements não são obrigatórias na aplicação da definição de políticas contábeis, a Companhia não adotou a norma. A data para adoção desta alteração não é necessária. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1	1
Bancos	13	137
Aplicações financeiras (a)	30.164	27.074
	30.178	27.212

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 75% a 11% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente convertíveis em dinheiro. As aplicações financeiras não representam uma mudança significativa risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Banco Santander	CDB	101,1% CDI	20.204	20.806
Banco Itaú	Compromissada	75,00% CDI	6.201	6.201
Banco Bradesco	CDB	101,0% CDI	9.960	67
			30.164	27.074

**5.1. Contas bancárias vinculadas:** Refere-se a conta vinculada ao financiamento. A receita da companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatário, conforme regra contratual.

	31/12/2021	31/12/2020
Banco Bradesco	12.020	-
	12.020	-

**5.2. Aplicação financeira vinculada:** Refere-se à conta reserva constituída, de acordo com o contrato de dívida firmado junto ao BNDES e devem ser mantidas até a amortização das dívidas

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicação financeira vinculada	18.117	-
	18.117	-

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Bradesco	Fundos	89,00% CDI	16.979	16.979
Bradesco CDB	CDB	101,0% CDI	1.138	-
			18.117	-

6. Concessionárias e permissionárias

	2021	2020
Títulos a vencer	22.211	-
Títulos vencidos em até 90 dias	12	-
Títulos vencidos há mais de 90 dias	64	-
	22.287	-

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. A Companhia só entrou em operação comercial em março de 2021.

7. Ativo de contrato

	Receita de construção	Remuneração do ativo de contrato	Receita de O&M	Outras receitas	Recebimentos	31/12/2021
1.629.744	23.284	223.771	5.782	(6.053)	(144.211)	1.732.317

	Receita de construção	Remuneração do ativo de contrato	Receita de O&M	Outras receitas	Recebimentos	31/12/2020
1.234.432	206.479	188.833	-	-	-	1.629.744
	-	-	-	-	-	2020
	-	-	-	-	-	108.759
	-	-	-	-	-	1.671.136
	-	-	-	-	-	1.520.985
	-	-	-	-	-	1.732.317
	-	-	-	-	-	1.629.744

**Contrato de concessão de serviços:** A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão. • **Recita Anual Permitida - RAP** - a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. • **Faturamento da receita de operação, manutenção e construção** - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. • **Parcela variável** - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. **Ativo de contrato de concessão, indenizável:** Extinção da concessão e Rescisão dos Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à extinção do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL, ou por proposta especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação doProjeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão. Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissão

Aos Acionistas e Diretores da **Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa transmissora, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma evidente, em conformidade com as demonstrações financeiras, ou se há alguma inconsistência óbvia entre o conteúdo do relatório e as demonstrações financeiras. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

ra e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

8. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais	-	5
Serviços	1.456	132
Serviços (i)	305	1.845
	1.761	1.982

(i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais.

9. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Passivo	
Transações	31/12/2021	31/12/2020
Cymi Construções e Participações (i)	-	60.873
Cymi do Brasil (i)	-	20.405
Cymitch Soluções e Sistemas (ii)	133	850
Cymi O&M Ltda (iii)	486	-
<b>Total passivo</b>	<b>619</b>	<b>82.128</b>

9. Partes relacionadas-Continuação

	Resultado	
Transações	31/12/2021	31/12/2020
Cymi O&M Ltda (iii) (a)	3.728	-
Cymi O&M Ltda (iii) (b)	4.405	-
<b>Total resultado</b>	<b>8.133</b>	<b>-</b>

(i) Saldo referia-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de turn key celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações e Cymi do Brasil, com a troca de controle as transações foram integralmente liquidadas. (ii) Referia-se a CymiTech, empresa do grupo integradora de equipamentos de proteção, controle e telecomunicações e desenvolvimento de aplicações e soluções de engenharia, com a troca de controle as transações foram integralmente liquidadas. (iii) Refere-se ao saldo a pagar à Cymi O&M Ltda, empresa do grupo responsável peos serviços segregados entre. (a) Saldo refere-se aos serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia. (b) Saldo refere-se aos serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia.

10. Empréstimos e financiamentos

a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2021	31/12/2020
BNDES Subcrédito A	BRL	15/06/2043	1,92% + IPCA TLP	414.409	347.856
BNDES Subcrédito B	BRL	15/06/2043	1,92% + IPCA TLP	417.035	347.856
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>				<b>831.444</b>	<b>695.712</b>
				31.851	8.191
				799.593	687.521

b) Movimentação em 2021

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Adições	Juros	Custo de transação a amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2021
BNDES Subcrédito A	347.856	17.944	49.512	410	-	-	415.722
BNDES Subcrédito B	347.856	17.944	49.512	410	-	-	415.722
<b>Total</b>	<b>695.712</b>	<b>35.888</b>	<b>99.024</b>	<b>820</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>831.444</b>

c) Movimentação em 2020

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2019	Adições	Juros	Custo de transação a amortizar(*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2020
BNDES Subcrédito A	271.343	63.096	14.453	(1.036)	-	-	347.856
BNDES Subcrédito B	271.343	63.096	14.453	(1.036)	-	-	347.856
<b>Total</b>	<b>542.686</b>	<b>126.192</b>	<b>28.906</b>	<b>(2.072)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>695.712</b>

(\*) O total de 1.780 refere-se aos custo de transação amortizados no ano. E o total de (3.852) refere-se ao custo de capitalização das liberações do ano.

**Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):** Com o objetivo de liquidar todos os empréstimos e pontes iniciais associados com a implementação do projeto Veredas em 11 de julho de 2019 a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de financiamento de longo prazo com taxas mais estáveis, portanto tocando o perfil de endividamento de exibilidades circulares para não-circulante. Em 23/08/2019, tivemos a liberação dos subcréditos A e B, no valor de R\$ 400.000, em 14/11/2019 tivemos a liberação dos subcréditos A2 e B2, no valor de R\$ 50.000, e em 23/12/2019 tivemos a liberação dos subcréditos A3 e B3, no valor de R\$ 100.000, cada um. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência, contudo não aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em função da fase de maturação dos projetos, sendo exigíveis apenas a partir dos próximos exercícios. No dia 16 de março de 2021, a Companhia recebeu o desembolso dos subcréditos A4 e B4 no limite de R\$ 17.944 cada um. Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	5.191
2022	31.851	24.933
2023	32.399	-
2024	32.971	-
Após 2024	752.079	681.266
Total BNDES	849.300	714.390
(+) Custo de transação a amortizar	(17.856)	(18.678)
<b>Total das obrigações</b>	<b>831.444</b>	<b>695.712</b>

11. Impostos diferidos

11.1. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020	Movimentação	31/12/2019
PIS diferido	28.570	1.679	26.891	6.523	20.368
COFINS diferido	131.597	7.736	123.861	30.044	93.817
Total	160.167	9.415	150.752	36.567	114.185

11.2. Imposto de renda e contribuição diferido

	31/12/2021	Movimentação	Total	Movimentação	Total	31/12/2019
Ativo/passivo						
Prejuízo fiscal/Base negativa	(18.643)	(221)	(18.422)	(9.491)	(8.931)	
Lucro diferido da construção	9.836	(27)	9.863	1.589	8.274	
Receita de ativo financeiro/AVP	97.775	22.192	75.583	47.480	28.103	
Ajuste CPC 47	139.100	10.183	128.917	26.424	102.493	
<b>Total não circulante</b>	<b>228.068</b>	<b>32.127</b>	<b>195.941</b>	<b>66.002</b>	<b>129.939</b>	

Detalhamento do não circulante

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	(18.643)	(18.422)
Passivo	246.711	214.361
<b>Total ativo/passivo diferidos</b>	<b>228.068</b>	<b>195.941</b>

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de juros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 6 anos:

Períodos	31/12/2021
2022	3.004
2023	3.581
2024	3.634
2025	3.781
2026	3.919
2027	724
Total	18.643

12. Patrimônio líquido

a) Capital social: Através do Despacho 2.902, de 17 de setembro de 2021, ficou consignado a aprovação de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário da Cymi Construções e Participações S.A. para Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multistruetura, pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Com isso, em 24 de dezembro de 2021, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cento por cento) do capital social ("Ações da Reserva") da Cymi Construções e Participações S.A. para Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multistruetura, conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia sendo celebrado nesta mesma data o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, (Share Purchase and Sale Agreement and Other Covenants - "SPA" ou "Contrato") dentro de outros documentos. Em 1 de março de 2021, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, aumento de capital no montante de R\$16.200 mediante utilização de suas reservas de lucros, passando sua totalidade de capital de R\$153.001 para R\$169.201, com emissão de 16.200 mil ações ordinárias nominativas, com preço de emissão de R\$1 (um real) cada. Em 20 de outubro de 2021, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, aumento de capital no montante de R\$ 3.549 mediante utilização de suas reservas de lucros, passando sua totalidade de capital de R\$ 169.201 para R\$ 172.750, com emissão de 3.549 mil ações ordinárias nominativas, com preço de emissão de R\$ 1 (um real) cada. Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito é de R\$ 172.750.000 dividido em 172.750.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Qt. ações	Qt. ações	Qt. ações
% (em reais)	% (em reais)	% (em reais)
Cymi Construções e Participações S.A	-	-
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multistruetura	172.750.000	172.750.000
<b>Total</b>	<b>172.750.000</b>	<b>172.750.000</b>

b) **Política de dividendos:** Os acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, após a entrada em operação, sendo 0,01% referente ao dividendo mínimo antes do fato.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	61.030	-
(-) Reserva legal	(3.052)	-
	57.978	-

Dividendos mínimos obrigatórios - 25% O Reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) **Reserva de lucros a realizar:** A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente.

13. Receita operacional líquida

Segue abaixo